# RESUMO EXECUTIVO

Este relatório analisa o plano Brasil Maior, a política industrial recém-lançada pelo governo federal. Este plano é compreendido como uma posição do governo brasileiro frente às dificuldades enfrentadas pela indústria nacional em decorrência da crise econômica mundial e da perda de competitividade frente às indústrias estrangeiras que atuam fortemente no mercado brasileiro.

Este relatório apresenta uma síntese do plano e as medidas que já começam a ser implantados. Além disso, é abordada a importância dos representantes das pequenas empresas do vestuário se fazerem presentes nos grupos responsáveis por detalhar as medidas que efetivamente impactarão as empresas.

**Todos os direitos reservados.**
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

**Distribuição e informações:**
SEBRAE Santa Catarina
Endereço: Av. Rio Branco, 611
Telefone : 0800 570 0800
Bairro : Centro Cep : 88015203 – Florianópolis – SC
Internet: http:// www.sebrae-sc.com.br/sis

Sistema de Inteligência Setorial

Vestuário

# O PLANO BRASIL MAIOR AJUDA AS EMPRESAS DE VESTUÁRIO?

## RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA

**Setor:**

VESTUÁRIO

**Autora:**

Maria Gorete Hoffmann

**Pesquisadora:**

Adriana Marciano

**Revisão:**

Bruna Carolina Santos da Silva

**Agosto de 2011**

# Tópicos-Chave

- **O Plano Brasil Maior;**
- **Política Industrial Brasileira;**
- **Benefícios para a indústria de confecções.**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... **4**
**O PLANO BRASIL MAIOR** ..... **5**
**MEDIDAS DA POLÍTICA ANUNCIADAS** ..... **6**
**ASPECTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E ALTERNATIVAS** ..... **7**
**ANALISE DO PLANO PARA O VESTUÁRIO** ..... **8**
**FONTE:** ..... **10**
**ANEXO: MEDIDAS DA POLÍTICA BRASIL MAIOR ANUNCIADAS** ..... **11**

## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo analisar o Plano Brasil Maior, que foi lançado no dia 02 de agosto de 2011 pela presidente Dilma Rousseff. Este plano é apresentado como uma posição do governo brasileiro frente às dificuldades enfrentadas pela indústria nacional em decorrência da crise econômica mundial e da perda de competitividade frente às indústrias estrangeiras que atuam fortemente no mercado brasileiro.

Na medida em que as moedas caem em relação à moeda brasileira aumentam as dificuldades para exportar e para reduzir a atuação de concorrentes internacionais no Brasil.

Muitos relatórios do SIS vêm, nos últimos meses, discutindo a dificuldade da empresa de vestuário brasileira em enfrentar seus concorrentes internacionais. Entre estes relatórios, destacam-se os seguintes:

- Moda íntima: como enfrentar os chineses;
- Risco de desindustrialização do vestuário brasileiro?;
- O custo Brasil;
- Perspectivas para a indústria do vestuário em 2011;
- Impacto das medidas de governo e de turbulências do mercado sobre o vestuário brasileiro;
- Os Planos da China para o Vestuário;
- O crescimento dos produtos importados no mercado do vestuário brasileiro.

Estes relatórios apresentam a importância do desenvolvimento de ações que alterem esse cenário e que os empresários, de forma coordenada, devem cobrar atitudes do governo brasileiro para melhorar a competitividade do vestuário nacional.

O lançamento desta política é uma resposta às dificuldades enfrentadas pela empresa brasileira. Um dos setores que mais está sofrendo é o do vestuário. Diversas empresas têm procurado o SIS em função das dificuldades de competir no mercado. Algumas empresas têm enfrentado dificuldades em vender seus produtos, já que os de outros países, como os da China, conseguem disponibilizar produtos com preços inferiores aos custos de produção das indústrias brasileiras. Em função disto, algumas empresas fecharam as portas, enquanto outras terceirizaram os serviços. Algumas, inclusive, não conseguem crescer ou manter o mesmo volume de produção. Consequentemente, o Brasil perde, já que se suas empresas não conseguem manter seus empregados, elas não geram impostos.

**O PLANO BRASIL MAIOR**

Este plano apresenta-se como uma política complementar às ações já propostas pela Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (2003-2007) e pela Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008-2010). O plano Brasil Maior apresenta um conjunto de medidas que serão implementadas ao longo dos anos de 2011 – 2014. Entre elas, destacam-se:

- Desoneração dos investimentos e das exportações;
- Ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações;
- Aumento de recursos para inovação;
- Aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação;
- Estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios;
- Fortalecimento da defesa comercial;
- Criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas;
- Regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país.

**Dimensões Estruturantes**

A política se propõe a desenvolver projetos e programas acordados entre o governo e o setor produtivo. Estes projetos estão alicerçados em cinco diretrizes estruturantes:

**Diretriz 1 – Fortalecimento das cadeias produtivas:** enfrentamento do processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações. Busca aumentar a eficiência produtiva das empresas nacionais e a agregação de valor no próprio país, além de coibir práticas desleais de competição.

**Diretriz 2 – Ampliação e Criação de Novas Competências tecnológicas e de negócios;**

**Diretriz 3 – Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias**.

**Diretriz 4 – Diversificação das Exportações e Internacionalização Corporativa**, com foco nos seguintes objetivos:

- Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias e de fronteira intensivos em conhecimento;
- Aprofundamento do esforço de internacionalização de empresas via diferenciação de produtos e agregação de valor;

- Enraizamento de empresas estrangeiras e estímulo à instalação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no país.

**Diretriz 5 – Consolidação de Competências na Economia do Conhecimento natural.**

**Dimensões Sistêmicas**

A dimensão sistêmica destina-se a orientar ações para:

- reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover condições de igualdade para as empresas brasileiras em relação aos seus concorrentes internacionais;
- consolidar o sistema nacional de inovação para aumentar a competência científica e tecnológica e ajudar as empresas brasileiras.

Devem ser criadas ações, projetos e programas que articulem as dimensões estruturantes com a dimensão sistêmica para atuar em grandes temas brasileiros, como: comércio exterior, incentivo ao investimento, incentivo à inovação, formação e qualificação profissional, produção sustentável, competitividade de pequenos negócios, ações especiais em desenvolvimento regional e bem-estar do consumidor.

Com estas dimensões, o governo brasileiro apresenta intenções de apoiar diversas ações. Entre elas, podemos destacar algumas questões que são importantes para a indústria do vestuário brasileira: a defesa comercial de concorrentes internacionais, a ampliação de prazos para financiamentos e a redução de encargos tributários sobre investimentos. Também se propõe a ampliação do acesso ao crédito para capital de giro e investimento e preferências nas compras governamentais para as empresas de pequeno porte.

Esta política industrial traz questões importantes para o setor do vestuário, porém não apresenta detalhamento das propostas. O sistema de gestão responsável por sua implementação reunirá entidades governamentais e empresariais.

**MEDIDAS ANUNCIADAS**

Anexo a este relatório são apresentadas as medidas já anunciadas pelo programa Brasil Maior. Entre as medidas que possuem impacto no vestuário, destacam-se:

- Desoneração tributária;
- Financiamento ao investimento;
- Ampliação de capital de giro para MPEs;
- Relançamento do Programa BNDES Revitaliza;
- Criação do Programa BNDES Qualificação;
- Modernização do Marco Legal do Inmetro;
- Desoneração das exportações;
- Defesa comercial pela intensificação de ações antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias;
- Medidas de fortalecimento do combate a importações ilegais;
- Financiamento e garantia para exportações;
- Promoção comercial;
- Defesa da Indústria e do Mercado Interno;
- Desoneração da folha de pagamento;
- Compras governamentais;
- Acordo Bancos Públicos.

**ASPECTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E ALTERNATIVAS**

| ASPECTOS POSITIVOS |
|---|
| Vontade política de apoio à indústria nacional e especialmente à indústria do vestuário; |
| Percepção, por parte das lideranças nacionais, da importância da indústria do vestuário como geradora de emprego. |
| **ASPECTOS NEGATIVOS** |
| Necessidade de gerar medidas específicas para operacionalizar as diretrizes propostas pelo Programa Brasil Maior; |
| A proposta contempla medidas amplas sem direcionamento especifico às micro e pequenas empresas do vestuário. |
| **ALTERNATIVAS** |
| Introduzir representantes das pequenas empresas de vestuário nos grupos responsáveis pelo detalhamento das medidas do Plano Brasil Maior; |

Aproveitar o Plano Brasil maior para ampliar a competitividade da indústria nacional do vestuário.

## ANÁLISE DO PLANO PARA O VESTUÁRIO

A proposta do plano é vital para a indústria nacional e especialmente para a sobrevivência da indústria do vestuário brasileira. **É importante compreender que o plano não foi detalhado e que a sua implementação dependerá da eficiência dos grupos de trabalhos criados para discutir e implementar as medidas necessárias para se alcançar as diretrizes estabelecidas.** Para os especialistas, as propostas anunciadas ajudam, mas são insuficientes na superação da combinação de juros altos e dólar barato.

Infelizmente, a indústria do vestuário brasileira é de pequeno porte. Algumas medidas irão apoiá-la, como é o caso da desoneração da folha de pagamento. Porém, os impactos referentes aos tributos serão menores, uma vez que as micro empresas possuem legislação específica e a sua tributação já é diferenciada.

É preciso aprimorar as medidas, para que elas aumentem, efetivamente, a competitividade da indústria de vestuário brasileira e permitam que as empresas enfrentem a concorrência internacional.

As ações de defesa comercial precisam ser rapidamente implementadas para evitar a quebra das empresas de vestuário. Não se pode, apenas, criar uma reserva de mercado. É necessário contrabalançar com aumento da competitividade, de maneira que essas empresas possam ampliar sua atuação no mercado internacional. Desta forma, é importante que as empresas invistam em novas máquinas e equipamentos, design de alto valor agregado, produtos ecologicamente corretos e produtos com alto índice de inovação.

A proposta de compras governamentais deve apoiar alguns segmentos específicos do vestuário, como é o caso da indústria de uniformes. No entanto, se avaliarmos a quantidade de empresas que atuam com este produto, os benefícios são quase insignificantes.

Ao se avaliar o Plano Brasil Maior a luz do custo Brasil, conforme explorado no relatório publicado pelo SIS em março passado, tem-se que os principais elementos de impacto são: **logística, juros sobre o capital de giro, burocracia e custos de regulamentação, custos dos investimentos, custo de insumos básicos e custos de energia.** Estes componentes impactam a receita líquida das empresas em 36,27%.

É verdade que muitos destes componentes estão sendo contemplados por esta política industrial, mas sentiu-se falta de elementos que atuem mais fortemente nos custos de logística que decorrem do investimento na infra-estrutura brasileira.

Também é necessário reduzir os custos de insumos básicos nacionais. Esta redução é decorrente dos efeitos da tributação. Desta forma, um aspecto importante do Plano Brasil Maior é a efetividade das propostas que impactam os tributos, no que concerne ao impacto nas matérias primas e insumos e na capacidade do Brasil investir na modernização de sua infra-estrutura.

É também importante compreender que a redução de juros sobre o capital de giro requer ações mais agressivas. Assim, são necessários novos elementos que possam aumentar a competitividade das indústrias, seja pela inovação ou por mecanismos que possibilitem a redução do efeito em cascata dos tributos nos insumos e produtos industrializados.

Outro aspecto crucial é a necessidade de aumentar a mão de obra qualificada, de maneira a permitir a inserção de novas tecnologias para melhorar a qualidade do vestuário brasileiro.

Para se aumentar a produtividade e a competitividade da indústria do vestuário é necessário aprimorar as medidas propostas pelo Plano Brasil Maior. Além disso, os empresários precisam sair da defensiva. É necessário que as empresas do vestuário se façam presentes nos grupos criados para o desenvolvimento das ações do Plano Brasil Maior. As pequenas empresas do vestuário, com suas características próprias, precisam ter representantes na elaboração das propostas, para apresentar as suas realidades e defender medidas especificas. A caminhada é longa e está apenas começando! Empresário, vá à luta!

**FONTES**

GOVERNO FEDERAL. **Brasil Maior - Inovar para Competir. Competir para crescer. Plano 2011/2014,** agosto de 2011**.** Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/oplano/brasilmaior/>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

JORNAL DO BRASIL. **A volta por cima da indústria têxtil brasileira**. Disponível em: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/07/31/a-volta-por-cima-da-industria-textil-brasileira/>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

DIEESE. **O Plano Brasil Maior**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

O GLOBO. **Nova política industrial vai desonerar folha de alguns setores.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/01/nova-politica-industrial-vai-desonerar-folha-de-alguns-setores-925029727.asp>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

BRASIL MAIOR. **Brasil Maior desonera folha de confecções, calçados, móveis e softwares.** Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/noticias/brasil-maior-desonera-folha-de-confeccoes-calcados-moveis-e-softwares/>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Skaf: é preciso tempo para avaliar eficácia das medidas.** Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI254085-16357,00-SKAF+E+PRECISO+TEMPO+PARA+AVALIAR+EFICACIA+DAS+MEDIDAS.html>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

G1. **Plano de estímulo à indústria prevê desoneração de tributos e da folha.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/veja-medidas-do-brasil-maior.html>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

VALOR ONLINE. **Confira as principais medidas do "Plano Brasil Maior".** Disponível em: <http://valoronline.com.br/online/geral/8/465893/confira-as-principais-medidas-do-plano-brasil-maior>. Acesso em: 05 Ago. 2011.

# ANEXO

**MEDIDAS ANUNCIADAS**

**Estímulos ao Investimento e à Inovação**

**Desoneração tributária**

- Redução de IPI sobre bens de investimento: estender por mais 12 meses a redução imediata de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.
- Redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital: 12 meses para apropriação imediata.

**Financiamento ao investimento**

**Extensão do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – PSI:** até dezembro de 2012. O programa se encerraria no final do mês de março, mas será estendido, com a ampliação de sua abrangência e alteração de taxas. O novo orçamento é de R$ 75 bilhões e as taxas variam entre 4% e 8,7%. Ele é voltado para bens de capital, inovação, exportação, Procaminhoneiro. Abrangerá novos setores/programas: componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos TICs; ônibus híbridos; Proengenharia; Linha Inovação Produção.

**Ampliação de capital de giro para MPEs:** novas condições de crédito e prazo. O orçamento passará de R$ 3,4 para R$ 10,4 bilhões, com taxa de juros anuais de 10 a 13%. O prazo de financiamento passará de 24 para 36 meses.

**Relançamento do Programa BNDES Revitaliza:** novas condições de financiamento ao investimento.

**Criação do Programa BNDES Qualificação:** disponibilizará R$ 3,5 bilhões para apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante reguladas pelo MEC.

**Criação de Programa para Fundo do Clima (MMA)/BNDES.**

**Financiamento à inovação**

**Novos recursos à Finep** para aumento da carteira de inovação em 2011. Taxa de 4% a 5% ao ano.

**BNDES:** crédito pré-aprovado para planos de inovação, ampliação dos programas setoriais e financiamento para redução de emissões.

**Marco legal da inovação**

**Encomendas tecnológicas:** permitir contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação e o financiamento à Instituições de Ciência e Tecnologia privadas sem fins lucrativos.

**Modernização do Marco Legal do Inmetro:** ampliação do controle e da fiscalização de produtos importados e ampliação do escopo de certificação do Inmetro.

**Comércio Exterior**

**Desoneração das exportações:** devolução de 3% sobre valor exportado ao exportador de bens industrializados e ampliação de ressarcimento de créditos aos exportadores.

Defesa comercial pela intensificação de ações antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias com o objetivo de reduzir a eficácia de medidas de defesa comercial em vigor, ações de combate à falsa declaração de origem, combate à preços subfaturados, aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação e aumento da exigência de certificação compulsória.

Medidas de fortalecimento ao combate às importações ilegais e de suspensão de ex-tarifário para máquinas e equipamentos usados também foram contemplados.

**Financiamento e garantia para exportações:** criação de Fundo de Financiamento à Exportação de MPME – Proex Financiamento e de Fundo de Garantia à Exportação com limite de US$ 50 milhões ao ano para exportação de bens manufaturados.

**Promoção comercial:** Ações de facilitação da circulação dos bens em regime de admissão temporária (sem a incidência de tributos) e pela adoção de estratégia de promoção comercial por produtos/serviços prioritários em mercados selecionados e adoção dos Mapas de Comex por Estado.

**Defesa da Indústria e do Mercado Interno**

**Desoneração da folha de pagamento:** através de projeto piloto, terá, até 2012, medidas acompanhadas por um comitê formado por governo, sindicatos e setor privado. **Os setores beneficiados são os de confecções, calçados, móveis e software.** O pagamento será transferido para o faturamento e se prevê o impacto neutro sobre a Previdência Social. A proposta reduz a zero a alíquota (atualmente de 20%) do INSS mas, em contrapartida, será cobrada uma contribuição sobre o faturamento com alíquota de 1,5% para confecções.

**Regime especial setorial**

**Automotivo:** voltado à criação de um novo regime automotivo.

**Compras governamentais:** trata da regulamentação da Lei 12.349/2010, instituindo margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras. Os principais setores beneficiados são: **complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados e tecnologia da informação e comunicação**.

**Acordo Bancos Públicos**

Harmonização das condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União (FAT, Fundos Constitucionais, Recursos do Tesouro).